



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DA  
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 4 /2012  
SESSÃO ORDINÁRIA  
DE 30-04-2012**

*“Nos termos do art.º 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-04-2012

**LOCAL** - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

**DATA** -30 de abril de 2012-----

**INICIO** - Quinze horas e cinquenta e oito minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

**PRESIDENTE** - Vítor Frederico da Silva Figueiredo Pais..... PSD

**1º SECRETÁRIO** - António Azenha Gomes..... PSD

**2ª SECRETÁRIA** - Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa ..... PSD

**MEMBROS** - José António Nogueira dos Santos .....MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Lídio Manuel Coelho de Neto Lopes ..... PSD

Manuel Simões Mota ..... PS

António Francisco Guerra Padrão ..... PSD

António Jorge Rodrigues Pedrosa ..... MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Adelino da Costa Pinto ..... PS

Maria dos Prazeres Alves de F. de Mendanha e Albergaria ..... PS

David Manuel Fajardo Azenha ..... PSD

Elisa Maria Coimbra Matos ..... MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Nelson César Santos Fernandes ..... CDU

Manuel António Fernandes Domingues ..... PSD

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia ..... PS

Paulo Filipe dos Santos Gonçalves ..... MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Marina Resende Gomes da Silva ..... PS

Mafalda Sofia Mendes Azenha ..... PS

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos ..... BE

Joaquim Manuel Gomes Afonso ..... MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Luí Nuno de Almeida e Castro ..... PS

Maria Margarida de Oliveira Monteiro Fontoura ..... PSD

Tiago Gomes Teodósio Castelo Branco ..... PS

Bruno Manuel Samagaio dos Reis ..... PSD

Júlio José da Rocha Bertão ..... PS

### **PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA**

**(Alhadas)** Jorge Manuel Rocha Oliveira ..... PSD

**(Alqueidão)** Maria Caeiro Marques Simão ..... PSD

**(Bom Sucesso)** Dário Figueiredo Acúrcio ..... PSD

**(Borda do Campo)** José António Carvalho Gaspar ..... PS

**(Brenha)** Fausto Fernando Santos Loureiro.....PS



(Buarcos)	José Manuel Matias Tavares .....	PS
(Ferreira-a-Nova)	Euclides Pagaimo de Jesus Frade .....	PSD
(Lavos)	José Elísio Ferreira de Oliveira .....	INDEPENDENTE
(Maiorca)	Filipe Humberto Mateus Dias .....	PSD
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada .....	PS
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto .....	PS
(Santana)	Afonso Parreira Matias .....	PSD
(S. Julião)	Fernando Góis Moço .....	PS
(São Pedro)	Carlos Manuel Azevedo Simão .....	INDEPENDENTE
(Tavarede)	Rui Miguel Jordão Jesus Bronze .....	PS
(Vila Verde)	João Filipe Carronda da Silva Antunes .....	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

#### SUBSTITUIÇÕES

Foram substituídos: Ana Elisabete Laborda Oliveira por Bruno Manuel Samagaio dos Reis, Isabel Maria de Oliveira Ferreira Gonçalves Coimbra Barriga por Joaquim Manuel Gomes Afonso, António Manuel Pereira Simões por Júlio José da Rocha Bertão, Fernanda do Rosário Oliveira por Afonso Parreira Matias e Victor Manuel dos Santos Madaleno por Rui Miguel Jordão Jesus Bronze.-----

#### JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Ana Elisabete Laborda Oliveira, João Paulo Correia Rodrigues, Fortunato Carlos Alves da Costa, Isabel Maria de Oliveira Ferreira Gonçalves Coimbra Barriga, António Manuel Pereira Simões, Fernanda do Rosário Oliveira e Victor Manuel dos Santos Madaleno.-----

#### A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### 1.1 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

#### SUBSTITUIÇÃO DO 2.º SECRETÁRIO DA MESA

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Aproveito para dar as boas vindas a todos os presentes e, desde já, informo que a 2.ª Secretária da Mesa, Ana Laborda Oliveira, não poderá estar hoje presente por motivos profissionais e, nestas circunstâncias, proponho à Assembleia Municipal eleger para 2.ª Secretária da Mesa, nesta sessão, Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa.-----

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Presidente e eleger Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa para exercer as funções de 2.º Secretário da Mesa nesta sessão.-----**

**PRIMEIRO SECRETÁRIO** deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, na



sua maior parte convites de coletividades e outras entidades, comunicando ainda a receção de um e-mail do Grupo Parlamentar «Os Verdes» dando conhecimento de terem endereçado ao Governo uma pergunta sobre o financiamento dos conservatórios de música do Norte, Centro e Alentejo, bem como, um outro da CGTP-IN divulgando as iniciativas previstas para o dia de greve nacional de 22 de março de 2012.-----

**1.2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE MARÇO, AMBAS DO ANO DE 2012**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** “As atas de 24 de fevereiro e de 30 de março, ambas do ano de 2012, não foram distribuídas atempadamente aos membros da Assembleia Municipal, facto pelo qual a Mesa apresenta, desde já, desculpas. Nestas circunstâncias, gostaria que se pronunciassem sobre a sua eventual aprovação, ou a dilação desta para a próxima sessão da Assembleia Municipal.-----  
Dou, agora a palavra ao deputado José Elísio.”-----

**JOSÉ ELÍSIO:** “Eu tive a oportunidade de ler as atas e considero não haver alterações substantivas a fazer, daí propor à Mesa da Assembleia a sua aprovação.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Lídio Lopes.-----

**LÍDIO LOPES:** “Da minha parte também não vejo inconveniente na aprovação das referidas atas, porquanto, ambas foram aprovadas em minuta, produzindo desde logo efeito, e qualquer ressalva ou correção a ser feita corresponderá tão somente às nossas intervenções. No entanto, deixaria um reparo no sentido desta situação não se votar a repetir.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

**NUNO MELO BISCAIA:** “Também não coloco qualquer objeção à aprovação destas atas.”

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** “Agradeço a vossa confiança e a Mesa tudo fará para que este tipo de situação, que eu pessoalmente considero lamentável, não se repita. Dado mais nenhum deputado municipal pretender usar da palavra coloco à votação a aprovação destas duas atas.”-----

A Assembleia Municipal deliberou:-----

1 - Por maioria, com trinta e quatro votos a favor e sete abstenções dos membros do Partido Social Democrata, António Padrão, Manuel Domingues, Maria Margarida Fontoura e Afonso Parreira Matias, do Movimento "Figueira 100%", Elisa Coimbra Matos e Paulo Filipe Gonçalves, e do Partido Socialista, Rui Miguel Bronze, por



não terem estado presentes na mesma, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2012;-----

2 - Por maioria, com trinta e seis votos a favor e cinco abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Bruno Samagaio Reis e Afonso Parreira Matias, do Partido Socialista, Manuel Rodrigues Nada e Rui Miguel Bronze, e da Coligação Democrática Unitária, Nelson Fernandes, por não terem estado presentes na mesma, aprovar a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 30 de março de 2012.-----

**MARIA MARGARIDA FONTOURA** fez a seguinte Declaração de Voto: "A minha abstenção em relação à votação da ata de 24 de fevereiro prende-se apenas com o facto de não ter estado presente nessa sessão da Assembleia Municipal."-----

**NELSON FERNANDES** fez a seguinte Declaração de Voto: "Também a minha abstenção em relação à votação da ata de 30 de março se deve apenas ao facto de não ter estado presente nessa sessão extraordinária."-----

## 2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Dado não haver público inscrito para intervir junto deste órgão deliberativo, passamos de imediato aos assuntos gerais de interesse para o Município."-----

## 3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** tomou nota dos diversos deputados que se inscreveram para usar da palavra.-----

### A - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO EURODEPUTADO DO BLOCO DE ESQUERDA DR. MIGUEL SACADURA CABRAL PORTAS

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Tomé.-----

**JOÃO TOMÉ:** "É-me sempre difícil falar em público de um amigo. Quem conheceu Miguel Portas não pode deixar de sentir que um dos melhores entre nós deixou de estar presente.-----

Eu pediria para ler uma simples Moção do seguinte teor «A Assembleia Municipal da Figueira da Foz vem juntar a sua voz à da Assembleia da República e à do País, em geral, no voto de sentido pesar pelo prematuro desaparecimento do Eurodeputado e fundador do Bloco de Esquerda, Dr. Miguel Sacadura Cabral Portas.» Se possível, proponho ainda que se faça um minuto de silêncio em sua memória."-----

**A Assembleia Municipal, após proceder à votação, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do membro do Bloco de Esquerda João Tomé, exarando em ata um**



**Voto de Pesar pelo falecimento do Eurodeputado Miguel Sacadura Cabral Portas, cumprindo ainda um minuto de silêncio.**-----

**B - CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DO CHEFE DO GABINETE DE APOIO PESSOAL DO PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO MAURÍCIO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio.-----

**JOSÉ ELÍSIO:** “Eu gostaria de ler uma pequena declaração «Só conheci o Dr. Nuno Maurício depois de ter iniciado as suas funções como Chefe de Gabinete de Apoio Pessoal do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz. Antes disso, não me lembro de alguma vez me ter cruzado com ele.-----

Durante o tempo em que foi Chefe de Gabinete, por força da minha condição de Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, tive com ele inúmeras reuniões, muitos contactos, e solicitei-lhe muitíssimas vezes ajuda para a resolução dos problemas que nos iam surgindo no dia a dia.-----

Desejo aqui deixar o meu público reconhecimento pela sua permanente disponibilidade em me ouvir, pela afabilidade do seu atendimento, mas principalmente pela forma célere, objetiva e eficiente como dava sequência às questões que lhe colocava.-----

Com a sua cessação de funções, é meu entendimento que o Município perde. Fico-lhe grato e desejo-lhe o maior sucesso no desempenho das suas novas funções, ficando na expectativa de ainda um dia nos voltarmos a encontrar nestas andanças da vida».”-----

**C - HABITAÇÃO SOCIAL - AUMENTO DAS RENDAS**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Paulo Filipe Gonçalves.-----

**PAULO FILIPE GONÇALVES:** “A minha intervenção tem a ver com aquilo que considero de «mau senhorio».-----

A história é a de um casal agora na casa dos 60 anos, que há largo tempo atrás foi contemplado com uma habitação de renda controlada, vulgarmente designada como habitação social, sita num bairro que viria mais tarde à posse da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal.-----

Tinham, na altura, uma daquelas rendas baixíssimas, se calhar na ordem dos 10,00 € e optaram, por isso mesmo, por constituir um crédito para efetuar obras de beneficiação, tornando a casa habitável e assumindo eles esse encargo.-----

Não sendo proprietários da casa, tiveram que contrair um crédito pessoal, pois o crédito hipotecário não abrange as situações de arrendamento.-----



Mais tarde, quando essa mesma habitação passou para a posse da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, e aparentemente por força de um protocolo que esta empresa teria com a entidade anteriormente proprietária desse bairro, a renda tem vindo a aumentar gradualmente todos os anos.-----

Ora, importa dizer que, neste momento, para um casal com rendimentos na ordem dos 1.000,00 € por mês, ter um crédito pessoal na casa dos 600,00 € e uma renda quase a atingir os 200,00 €, esta situação coloca em causa a sua vida e mesmo o facto de poderem comer todo o mês e sustentarem as suas despesas.-----

Quando vivemos numa época de dificuldades e quando muitas vezes a própria Câmara Municipal tanto apela à solidariedade, penso ser particularmente importante tentar perceber se não haverá uma forma de o Município, através das empresas municipais, enquadrar numa outra perspetiva estas situações, ponderando as mais valias que os inquilinos efetuaram no próprio património municipal, tentando que um dos parâmetros de cálculo das rendas considere os encargos assumidos pelas pessoas ao reabilitar esse património.-----

Se calhar, esta situação não será caso único no Concelho e choca-me por ser o «senhorio» a Câmara Municipal, porque se fosse um privado nosso conhecido, certamente olharíamos para esta situação com um espírito muito crítico e reprovaríamos tal comportamento.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “A fixação das rendas tem subjacente normativos legais e um Regulamento específico, ponderando sempre os rendimentos do agregado familiar do arrendatário. Todos os Conselhos de Administração da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal e, em particular o atualmente em funções, têm sido sensíveis às alterações de rendimentos das famílias nesta época conturbada e, em muitos casos, têm reduzido drasticamente as rendas, mas sempre no respeito pela legislação e regulamentos em vigor, indispensável a gestão de 545 frações de habitação. A situação colocada pelo deputado João Paulo Rodrigues merecerá com certeza por parte daquele órgão social uma análise cuidada e, se se justificar será certamente revista a renda.-----

Reafirmo que esta política social do executivo municipal, tem vindo a implicar um grande esforço na ordem de 1.300.000,00 € por mês, sendo seguramente a maior componente de investimento social.”-----



**D - POLÍTICA SETORIAL DA EDUCAÇÃO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Lídio Lopes.-----

**LÍDIO LOPES:** "Habituei-me, no tempo, à exigência compreensível da necessidade de políticas sectoriais, cirurgicamente definidas, conhecidas de todos e desejavelmente por todos construídas e aceites, quer nas áreas em que a Câmara Municipal tem competência própria, quer naquelas em que deve emitir uma opinião e dar parecer, ainda que não vinculativo, por corresponderem a matérias que colidem com a vida e o quotidiano das populações.-----

Afirmo isto com o conhecimento do que na Câmara se passou, das notícias divulgadas nos órgãos de comunicação social, e desta nota de um sindicato entregue hoje.-----

A educação é uma matéria em relação à qual todas as decisões tomadas se vêm a refletir num futuro mais próximo ou mais distante, e os erros cometidos não se resolverão amanhã com uma simples travagem «às quatro rodas», ou por despacho, pois têm um efeito duradouro e afetam milhares de pessoas. Tudo o que hoje se decidir será difícil de resolver, se se quiser emendar a mão a tempo dos prejuízos já não provocarem estragos.-----

No início de abril, a Diretora Regional de Educação quis saber qual a posição da Câmara Municipal da Figueira da Foz em relação a uma proposta de agregação de escolas e/ou agrupamentos escolares, ou seja, o Município deveria emitir um parecer sobre tal documento.-----

E daí para cá, o Pelouro da Educação entrou em desnorte, e vinca-se a evidência de que a íntima relação com o seu responsável político, o Vice-Presidente, lhe toldou a lucidez e o discernimento na apreciação e na decisão.-----

Torna a força em relaxe e o dever saber e ter opinião em qualquer coisa serve. E, por isso, é conduzido a reboque de uma proposta do Partido Social Democrata para uma reunião de diretores e deixa aprovar uma proposta no Conselho Municipal de Educação, que não submete à reunião de Câmara, ganhando com isso o prémio do «fli-flac à retaguarda empraxado», porquanto tudo o que anteriormente estava bem na proposta formulada em reunião de Câmara, de repente deixou de estar.-----

Tudo o que diz e deixa de dizer num espaço próprio do Conselho Municipal de Educação é transformado no que devia ser desde início a proposta apresentada em reunião de Câmara.-----

Penso que nenhum dos deputados municipais desta Assembleia dirá o contrário, estudar e preparar um documento de projeto educativo local, ter uma Carta





Educativa e depois ir à «bolina» com Deus ou o Diabo, e levar as pessoas a aprovar uma proposta que, tal como está, é perfeitamente impensável.-----  
Esta proposta não foi formalmente aprovada em sede de reunião de Câmara, quando o deveria ter sido, e a condução deste assunto sensível e perturbador do relacionamento entre escolas da Figueira da Foz, merecia ser analisado numa perspetiva de resultados desse estudo e desse trabalho, e não numa mera divisão entre os interessados das cartas dum baralho.-----

Assim, os membros do Partido Social Democrata, requerem formalmente, através da Mesa da Assembleia, que lhes seja entregue, mal seja recebido nos serviços da Câmara Municipal da Figueira da Foz, o documento final do Projeto Educativo Local, tendo em vista a sua distribuição pelos líderes deste órgão. Depois, sugerimos o agendamento de uma reunião da Comissão Permanente para apreciação e discussão desse Projeto, enquanto documento fundamental para abordar esta questão da Educação e dos estabelecimentos de ensino.-----

Há um conjunto enorme de perguntas feitas, sem qualquer resposta. O que deve ser a Figueira da Foz em termos de território educativo? Qual deverá ser a oferta em termos de qualificação dos alunos, no território? Qual o papel dos pais, da comunidade e como deve ser efetuada a articulação entre os diversos parceiros? O que necessitam as escolas do poder político para os projetos de cada uma? O que se pretende para o Município em termos educativos? Quais são as metas da educação no Município da Figueira da Foz para a próxima década?-----

São perguntas por responder e também uma linha orientadora por definir.-----  
Neste contexto, a bancada do Partido Social Democrata entende dever fazer parte do processo e desafia positivamente os membros dos outros partidos e forças políticas a pronunciarem-se sobre esta matéria."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Em relação a este assunto e se o Presidente da Assembleia Municipal assim o permitir, entendo dever ser o Vice-Presidente a responder às questões suscitadas pelo deputado Lídio Lopes. No entanto, a criação dos agrupamentos escolares ou mega-agrupamentos inserem-se numa política global do Governo, visando a redução das estruturas administrativas, e sem grandes critérios. Aliás a própria determinação da Direção Regional de Educação do Centro entra em contradição, quando diz que no objetivo de uniformizar critérios e dar coerência a um plano global educativo se aponta no sentido de serem criados agrupamentos ou para a agregação de vários agrupamentos, para depois o



contrariar na sua própria proposta.-----

A fixação prévia de um projeto educativo local já era prosseguida pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, que terá de ouvir os professores, a comunidade e a direção dos vários agrupamentos, tal qual está a ser feito. Daí não fazer sentido, nesta fase, estarmos a emitir opinião sobre qualquer projeto, seja ele qual for. Este comunicado da Federação Nacional dos Professores hoje distribuído encaixa-se perfeitamente naquela que foi a posição do executivo municipal em relação à opinião solicitada.-----

Pessoalmente, entendo que a Assembleia Municipal e os grupos municipais nela representados, não poderão deixar de ser ouvidos na construção e conceção do projeto educativo local. Este projeto será vinculativo para o Município da Figueira da Foz depois de aprovado em sede deste órgão.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Vice-Presidente.-----

**VICE-PRESIDENTE:** “O Projeto Educativo Local é para nós de extrema importância, pois embora não seja uma obrigatoriedade legal, constituiu uma iniciativa deste Executivo Municipal. Surgiu no âmbito da Agenda 21 Local, por entendermos ser relevante ter uma relação direta com a implementação de um plano estratégico de desenvolvimento. Iniciou-se há cerca de seis meses, sendo nessa altura lançado o desafio a toda a comunidade educativa. Foram realizadas cinco reuniões em setembro e outubro de 2011, e fevereiro e abril de 2012.-----

O Projeto terá de se desenvolver em parceria com a comunidade educativa, muito mais abrangente que a comunidade escolar.-----

Permitam-me esclarecer que a Câmara não tem o direito da iniciativa dos agrupamentos, e a situação foi colocada pela primeira vez através de um fax rececionado a 20 de março do corrente ano, quando decorria uma reunião do Executivo Municipal. Demos conhecimento do mesmo, tendo eu na altura questionado os restantes elementos do Executivo se se deliberaria o assunto ou se se agendaria para uma próxima reunião, pois a pedido da Diretora Regional de Educação do Centro estava convocada uma reunião do Conselho Municipal de Educação para esse mesmo dia. Os Vereadores não Executivos entenderam por bem não tomar uma posição sobre o assunto, por não conhecerem profundamente o processo em causa e os pareceres dos Conselhos Gerais.-----

Nesse mesmo dia, fui à reunião do Conselho Municipal de Educação mandatado nos termos propostos em reunião de Câmara, e quando a Direção Regional de Educação do Centro apresentou a proposta pronunciei-me, enquanto Vereador, afirmando que



a mesma não era oportuna, porquanto, embora esta legislação e esta visualização da verticalização do ensino remonte ao Governo do Dr. Pedro Santana Lopes, sendo à época Secretário de Estado o Professor Doutor José Manuel Canavarro, a primeira pessoa a defendê-la e desenvolvê-la foi o Governo de José Sócrates. A ideia foi agora retomada pelo atual Governo, que promulga legislação, publicada em Diário da República de 26 de abril de 2012.-----

Permitam-me ler-vos um extrato de uma notícia da Lusa (Agência de Notícias de Portugal, S.A.) «...O Ministro da Educação Nuno Crato assegurou hoje, 17 de abril de 2012, que nada ainda está decidido quanto à criação dos mega agrupamentos escolares, exceto não darem origem a disfuncionalidades no processo que visa agrupar escolas de forma mais racional. Em declarações à Lusa, à margem da inauguração das obras de requalificação da Escola Básica D. Miguel de Almeida, em Abrantes, Nuno Crato disse que as Direções Regionais de Educação, as autarquias e as escolas estão num processo de discussão, no âmbito do trabalho a ser desenvolvido numa primeira fase, e que vai ser apresentado ao Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar. Entre o dia de hoje e o de amanhã, vão ser feitas reuniões relativas a todas as situações do país, notou o Ministro, tendo acrescentado que esse processo é o culminar de um primeiro passo, que antecede um período de reflexão e de decisão. Queremos agrupar escolas para que o processo educativo seja mais racional, para que haja mais contacto entre os diversos níveis de ensino e para que tudo funcione de forma mais harmónica, disse o governante, tendo observado que tais objetivos não podem levar à criação de agrupamentos disfuncionais. Nuno Crato afirmou à Lusa que nada está decidido quanto à criação dos denominados mega agrupamentos escolares, tendo assegurado que haverá espaço para novas discussões com todos os atores envolvidos no processo...»-----

Desconhecendo as declarações feitas à posteriori pelo Ministro Nuno Crato, quando surgiu a proposta da Direção Regional de Educação do Centro pronunciei-me considerando a proposta inoportuna.-----

Na reunião de Câmara de 10 de abril de 2012, o Partido Social Democrata acusou os Vereadores Executivos de não terem feito o trabalho de casa. Assim, por sugestão de todas as forças políticas, realizamos uma reunião com todos os Presidentes dos Conselhos Gerais e Diretores e, de seguida, uma reunião do Conselho Municipal de Educação, sendo as propostas ali apresentadas do conhecimento de todos.-----



Na reunião de Câmara de 23 de abril e em coerência com as posições anteriormente assumidas, apresentamos uma proposta que foi aprovada por unanimidade.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio.-----

**JOSÉ ELÍSIO:** “Eu estou solidário e concordo em absoluto com as preocupações manifestadas pela Federação Nacional de Professores no documento hoje distribuído, pelas razões aduzidas por esta entidade sindical e por outras que aqui não são mencionadas.-----

É conhecida pelo responsável pela Carta Educativa, pela a Vereadora do Partido Social Democrata que tutelava esta matéria no executivo anterior, por alguns dos deputados aqui presentes, nomeadamente, o líder do grupo municipal do Partido Social Democrata, a minha posição contra a constituição de centros escolares em geral.-----

A Junta de Freguesia de Lavos não quer centros escolares e muito menos mega centros escolares. Não são benéficos para a comunidade e os inconvenientes são maiores que os benefícios. Isto é uma moda e como todas as modas um dia passa à história, quase à semelhança das «calças à boca de sino» agora em desuso.-----

Concentrar miúdos e jovens, desintegrando-os do sítio onde nasceram e cresceram, traduzir-se-á certamente em problemas para os mesmos e, reivindico aqui a minha vontade de estar presente e ser ouvido na discussão desta matéria .-----

O ensino foi o setor mais intervencionado e a ser mais atentamente seguido pelo Estado, reabilitaram-se estabelecimentos de ensino e construíram-se escolas. Hoje, estas reúnem melhores condições de aprendizagem e estão dotadas de equipamentos pedagógicos e audiovisuais, que se traduzem numa qualidade de ensino inexistente noutros tempos. Constatamos, porém, um aumento de violência física e psíquica entre alunos, agressões a professores e funcionários e até dos alunos aos pais-----

Pessoalmente, considero ser urgente reforçar a autoridade do professor na escola e intensificar a hierarquia do ensino.-----

Termino, reiterando a minha vontade de participar na discussão desta matéria e rejeitando a constituição de qualquer agrupamento ou mega agrupamento na freguesia de Lavos.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Lídio Lopes.-----

**LÍDIO LOPES:** “Esta política educativa e o que hoje for definido e decidido, irá condicionar, no futuro e durante largos anos, o universo escolar do Concelho.---  
Ouvi o Vice-Presidente com atenção, tentando perceber a resposta à minha



intervenção. Eu não lhe fiz qualquer pergunta, tão somente questioneei todo o seu comportamento no processo, deixando no ar uma série de questões, no desejo de saber a sua opinião nesta matéria.-----

É verdade ter manifestado em reunião de Câmara que acreditava que ia tudo ficar na mesma? É verdade só ter marcado a reunião com os diretores das escolas, democraticamente fazendo-se acompanhar das Vereadoras não executivas Teresa Machado e Ilda Simões, a reboque de uma proposta dos Vereadores do Partido Social Democrata? E nessa reunião a que presidia, representando a Câmara, onde também estava presente o Professor Rochette, deixa aprovar uma proposta que contradiz tudo o que a própria Câmara estava a fazer.-----

Ou seja, a Câmara primeiro entende que deve planificar, planejar, prever e executar um projeto educativo local, mas depois, em sede do Conselho Municipal de Educação decide à revelia disso.-----

Do meu ponto de vista, o Vice-Presidente conduziu mal o processo e quando solicitei, através da Mesa, uma cópia do documento final do Projeto Educativo Local, só estava a subscrever a opinião do Presidente da Câmara quando este afirmou que todos deveríamos participar no processo.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nelson Fernandes.-----

**NELSON FERNANDES:** “Esta matéria integra duas questões diferentes, a saber, a educação propriamente dita e os equipamentos escolares.-----

A primeira, entendo dever ser tratada de outra forma, mas no tocante à segunda, recordo uma conversa privada, há alguns anos atrás, com o falecido Eng.º Aguiar de Carvalho, na altura Presidente da Câmara, onde ele me disse que se tivesse uma planificação estatística em termos escolares, não teria executado tantas obras nem feito tanto investimento no parque escolar. Reconheço que o investimento feito à época foi vultuoso e, hoje, grande parte dessas escolas foram encerradas.-----

Hoje, não devemos incorrer no mesmo erro, pois não temos capacidades financeiras. Considero haver uma discrepância enorme entre as competências e atribuições, em termos de educação, das autarquias locais e as da administração central. Senão vejamos, aprovou-se neste órgão a Carta Educativa e menos de um ano depois estavam-se a encerrar escolas consideradas importantes naquele documento.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

**JOÃO PAULO TOMÉ:** “Concordo com a intervenção do meu companheiro, deputado Nelson



Fernandes. Este assunto é demasiado sério para andarmos a perder tempo e dinheiro. O 25 de abril de 1974 trouxe-nos a liberdade e permitiu-nos construir a democracia. Mas, democracia implica saúde pública, educação de qualidade e equidade social nos direitos e deveres. Hoje a fronteira a liberdade da anarquia é ténue e infelizmente, não se ensina educação nas escolas."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nogueira Santos.-----

**NOGUEIRA SANTOS:** "A educação é um assunto sério demais para estar a ser discutido de forma avulsa. Haverá freguesias a querer os agrupamentos e outras a não os querer, no entanto, importará aqui analisar esta matéria da forma alargada, serena e profunda, e com a presença de todos os parceiros intervenientes no processo. O Movimento "Figueira 100%" está disponível para integrar a discussão do projeto escolar local.-----

O cerne da questão é esta Câmara se eternizar em estudos e, conseqüentemente, não conseguimos obter respostas ao Plano Diretor Municipal, às empresas municipais, à organização administrativa, a projetos educativos, entre outros.-- É urgente haver documentos em concreto, sobre os quais possamos trabalhar e formar opinião, quer internamente, quer externamente. E internamente, será nós próprios sabermos como o Concelho se deve organizar em termos educativos, para depois também darmos uma resposta cabal, correta e íntegra a quem externamente nos faz propostas sobre o assunto.-----

O Movimento "Figueira 100%" está inteiramente de acordo com a proposta aprovada em sede de reunião de Câmara."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Lídio Lopes.-----

**LÍDIO LOPES:** "Em relação à intervenção do deputado Nelson Fernandes, gostaria de esclarecer que não se deve confundir agrupamento com centro escolar.----- Aproveitava ainda para agradecer a concordância do Movimento "Figueira 100%" à proposta do Partido Social Democrata aprovada em reunião de Câmara."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

**NUNO MELO BISCAIA:** "Nós entendemos que o Vice-Presidente já prestou todos os esclarecimentos relativamente à interpelação do deputado Lídio Lopes.----- O Partido Socialista é a favor da transparência, clareza, profundidade e reflexão em assuntos desta natureza, e não nos oporemos a que em sede de Comissão Permanente desta Assembleia Municipal, seja emitida uma opinião meramente consultiva.-----

Considero também peça importante para uma decisão do projeto educativo local,



saber-se o que o Governo pretende para o Concelho da Figueira da Foz do ponto de vista educativo.-----

Admirei-me quando o deputado Lídio Lopes acusou o Vice-Presidente de ter conduzido mal este processo. Tenho aqui um extrato do semanário «O Figueirense» onde o Vice-Presidente afirma, e passo a citar «...Não sendo formalmente um trabalho da Câmara, realizaram-se várias reuniões com os diretores, no sentido de reorganizar a rede educativa no Concelho...» «...A nossa preocupação tem sido reorganizar a rede educativa, mas nunca numa perspetiva de criar mega agrupamentos. Não concordo, porque as mais valias económicas que possam surgir não se traduzirão em mais valias pedagógicas...»-----

O Vice-Presidente e o Executivo Municipal sempre entenderam que os mega agrupamentos não se traduziriam em mais valias pedagógicas e, eu entendo que os mesmos correspondem a uma visão meramente economicista donde resultarão prejuízos pedagógicos.-----

Realço a coerência do Vice-Presidente ao defender sempre a sua oposição à criação de mega agrupamentos e, deixem-me dizer-vos que subscrevo inteiramente o comunicado da Federação Nacional dos Professores alertando para os prejuízos decorrentes dessa decisão.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Lídio Lopes.-----

**LÍDIO LOPES:** “Pese embora compreenda a posição expressa pelo líder do grupo municipal do Partido Socialista, sugiro que nas atas da reunião de Câmara, da reunião com os diretores e na do Conselho Municipal de Educação, fiquem transcritas as palavras do Vice-Presidente na entrevista dada ao semanário «O Figueirense».-----

#### **E - ENSINO SUPERIOR NA FIGUEIRA DA FOZ**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Elisa Coimbra Matos.-----

**ELISA COIMBRA MATOS:** “O Movimento "Figueira 100%" gostaria de recordar aqui a questão do ensino superior na Figueira da Foz.-----

Em 29 de dezembro de 2009, a 2.ª Secretária da Mesa desta Assembleia Municipal, Ana Oliveira interveio e passo a citar «...O atual estado da Figueira da Foz no que toca ao ensino superior é algo preocupante. A Universidade Internacional fechou mas, ao que parece não há grande preocupação em relação ao futuro do ensino superior no Concelho, pois até a esta altura, ainda não existe conhecimento de qualquer solução para um problema que pode ser mais um fator que compromete o futuro do nosso Concelho...»-----



Nessa altura, perguntava o que é que se está a fazer para a continuidade do ensino superior na Figueira da Foz, e realçava a sua importância como forma de dinamizar a cidade e o Concelho.-----

Recordo que o líder da bancada do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia, acaba por afirmar, neste contexto, passo a citar «...Obviamente que não podíamos estar mais de acordo relativamente aos benefícios que traz para o Concelho a instalação de uma instituição do ensino superior...»-----

Estas intervenções obtiveram a seguinte declaração por parte do Presidente desta autarquia, João Ataíde, que também passo a citar «...Quanto à questão da Universidade Internacional, é evidente que esta também nos preocupa. A nossa intervenção tem de ser uma intervenção rigorosa e definitiva e apesar da Câmara não ser uma entidade reguladora nem tão pouco ter qualquer superintendência sobre o ensino superior, como é do vosso conhecimento é, no entanto, uma entidade preocupada e interessada e que dá eco à preocupação dos seus munícipes e cidadãos, no sentido de manter na sua cidade um Pólo do ensino superior. Nós não queremos um Pólo de ensino superior a todo o custo, nós queremos um Pólo de ensino superior com qualidade, um Pólo de ensino superior estruturante e um Pólo de ensino superior que tenha a ver com a nossa realidade social. Não queremos mais uma faculdade de direito ou um departamento das áreas das humanidades, que não preencham os desígnios da terra. Queremos estar associados e vamos promover e estamos a fazer diligências junto do Instituto Politécnico de Coimbra e Universidade de Aveiro, para já. Poderemos também depois incluir, embora já tenham sido feitos alguns contactos informais ao nível da Universidade de Coimbra, um Pólo que agregue as várias valências de cada uma das Universidades. E cá estamos nós virados então para a tal «Aldeia do Mar», a ver se lá conseguimos chegar. Porque é de facto este centro de investigação à volta destas valências quem pode envolver a nossa Cidade e o nosso Concelho nesta futura instituição do ensino superior...» Acrescenta ainda «...Neste momento, estão dois professores a acompanhar estas nossas preocupações, apresentaram um pequeno *draft* nesse sentido, mas é uma coisa extremamente incipiente. Lembrámo-nos até de tentar procurar soluções no domínio de cidades semelhantes à nossa, no âmbito do Eixo Atlântico, que já têm precisamente estes centros de investigação, e vamos ver se depois os conseguimos encaixar ou no âmbito das preocupações do Ministério da Educação, ou, porventura, arranjar quadros de apoio às universidades no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional.





Obviamente, o atual espaço da Universidade Internacional é sem dúvida um espaço preferencial para instalar qualquer um destes pólos...» fim de citação.-----

No dia 26 de fevereiro de 2010, o deputado da bancada socialista, João Paulo Rodrigues, interveio nesta Assembleia afirmando e passo a citar «...Gostava de dar uma informação relativamente ao que se passou na última reunião, sobre a possibilidade de criação de um centro de investigação e formação na área das Ciências do Mar. Não sei se o Presidente vai dar esta informação, no entanto, como estive diretamente a intervir neste processo, vou dar algumas. Fiquei na altura de tentar ver junto da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra a possibilidade de eles se associarem a este projeto. Marquei uma reunião com o Senhor Diretor da Faculdade, juntamente com o Presidente do Departamento de Ciências da Vida e com o Presidente do Instituto do Mar, onde o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz se dirigiu juntamente comigo, e a proposta foi bem acolhida por parte da Faculdade de Ciências e Tecnologia, pelo menos, por aquilo que nós nos apercebemos...» Continuando a citar «...Ao nível da pós-graduação, a proposta é bem acolhida e ao nível da investigação também. Portanto, avançamos com algumas pistas e alguns temas possíveis de desenvolvimento deste centro e ficou, neste caso, a Faculdade de Ciências e Tecnologia de contactar outras faculdades da Universidade de Coimbra e outros investigadores interessados na área e, depois, reunir com o executivo na tentativa de apresentarem projetos comuns nesta área...» fim de citação.-----

Esta intervenção obteve a seguinte declaração por parte do Presidente da autarquia «...Eu continuo a repetir que em relação ao ensino superior e em relação às áreas de investigação nós estamos de braços abertos a qualquer boa iniciativa que possa vir para a nossa cidade...» fim de citação.-----

Posteriormente, no dia 30 de setembro de 2010, o Senhor Presidente referia nesta Assembleia que, passo a citar «...Embora ainda numa fase embrionária, já com diligências efetuadas, estamos em vias de concretizar um Protocolo com o Instituto Politécnico de Coimbra, no sentido de que sejam ministrados na nossa Cidade os Cursos de Especialização Tecnológica, designados por CET, que sejam pertinentes para todas as áreas industriais e as da agropecuária. Há até a questão da robótica, há a questão das papeleiras, como é óbvio, em toda a sua abrangência, uma série de vertentes que podem ser de facto preenchidas pelos cursos de especialização tecnológica, ou seja, eles estão a ser ministrados em Coimbra, precisam de uma aproximação prática e de inserção no tecido industrial,



e há a percepção do Instituto Politécnico que o nosso Concelho detém condições ótimas para que aqui sejam também ministrados alguns dos cursos...» fim de citação.-----

Perante o exposto e no presente dia 30 de abril de 2012, constatamos que em 29 de dezembro de 2009 se efetuavam diligências junto da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e Universidade de Aveiro, em dezembro de 2009, defendia-se um Pólo de Ensino Superior com qualidade e estruturante conducente à tão prometida Aldeia do Mar, e afirmava-se ser de facto a investigação à volta destas valências, deduzo Ciências do Mar, que poderia vir a envolver a nossa Cidade e o nosso Concelho nesta futura instituição do ensino superior.-----

Em dezembro de 2009, já dois professores acompanhavam essas preocupações e tinham apresentado um pequeno *draft*. Já se equacionavam parcerias no âmbito do Eixo Atlântico e de financiamento no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional.-----

Na altura, o Movimento "Figueira 100%" considerou que a intervenção do Presidente espelhava uma visão estratégica, consistente e importante para o desenvolvimento do Concelho. Mas se repararmos, em 16 de fevereiro de 2010, ainda não passados três meses, assistimos já a uma resposta sumária e sucinta por parte do Presidente quando o deputado João Paulo Rodrigues informou esta Assembleia das diligências realizadas.-----

E sem mais avançarmos, surgem-nos logo algumas questões. Estas diligências, apresentadas na altura, eram a continuidade do *draft* referido pelo Presidente da Câmara três meses antes? Que estudo era esse? Quem eram esses investigadores? Era o deputado João Paulo Rodrigues um dos professores referidos em 29 de dezembro? As diligências efetuadas deixaram de lado a Universidade de Aveiro, numa viragem exclusiva para a Universidade de Coimbra?-----

E continuando para o dia 30 de setembro de 2010, passados seis meses, podemos extrair da intervenção do Presidente da Câmara que estamos em vias de concretizar um Protocolo com o Instituto Politécnico de Coimbra, no sentido de que sejam ministrados na nossa Cidade os Cursos de Especialização Tecnológica. Já não se fala de Mar, Ciências do Litoral, Recursos Marinhos e, por consequência, da tão prometida Aldeia do Mar, tão falada na campanha eleitoral. Também, já não se fala da investigação ao nível da pós-graduação, do ensino superior estruturante ligado a um centro de investigação e formação na área das



Ciências do Mar, e no seu lugar o projeto reduz-se aos Cursos de Especialização Tecnológica e, convém referir, nem estes foram implementados.-----  
Passados dezanove meses desta sua última intervenção, consideramos pertinente perguntar ao Presidente da Câmara como andam as diligências, quem são os professores que acompanham as mesmas, com que instituições do ensino superior está prestes a concretizar protocolos, que estratégia o norteia para trazer para a Figueira da Foz os referidos Pólos do ensino superior, com qualidade e estruturantes de uma política que lhe permita cumprir as promessas feitas.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “A questão levantada pela deputada Elisa Coimbra Matos vai permitir-me fazer aqui o ponto da situação deste processo.-----  
De facto, no ano de 2009 e no decurso do de 2010, sentiu-se algum entusiasmo à volta deste projeto, por parte da Universidade de Coimbra, de uma universidade privada e do Instituto Politécnico, apontando todos no sentido de uma conjugação de esforços partilhada entre o ensino e a força empresarial. Pretendiam que o Município da Figueira da Foz lhes facultasse o acesso às empresas, tendo em vista a criação de cursos de formação especialmente vocacionados para as empresas.-----

Eu promovi algumas reuniões formais, nomeadamente, com a indústria agroalimentar e com dirigentes do Instituto Politécnico de Coimbra, com vista à formação de quadros, e a partir daí estaria dado o mote para o processo continuar. De realçar que a Câmara se dispôs sempre a disponibilizar os espaços indispensáveis ao leccionamento desses cursos, especialmente, os de Especialização Tecnológica, vulgarmente denominados CET.-----

A Universidade Fernando Pessoa também elaborou um documento para apresentação aos empresários. Fizemos algumas reuniões e contactos, mas perante este quadro de recessão e de crise, a resposta foi de retração. O mesmo se passou com a Universidade de Coimbra, só que esta manifestou logo não haver interesse na criação de Pólos, isto sem prejuízo de colaborar com a Câmara Municipal da Figueira da Foz na criação e formação de um laboratório científico, ligado às atividades marítimas, dando desta forma continuidade ao Projeto IPIMAR (Portuguese Institute of Sea and Fisheries Research). Este processo passaria pela criação de uma incubadora ou maternidade no âmbito da aquacultura.-----

Entretanto, o Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia, atualmente Reitor da Universidade, sentindo perigar a sustentação da sua própria instituição em



crise, diz-nos que vai entrar em rutura financeira não podendo acompanhar qualquer projeto. Os Institutos Politécnicos começam também a encerrar por todo o lado, os Cursos de Especialização Tecnológica deixam de avançar por falta de verbas institucionais e, perante este contexto, confesso ser difícilimo avançar com qualquer projeto.-----

Não esqueci este meu projeto, mas perante a crise sentida a nível nacional e internacional, entendo ser inviável a sua concretização de momento, no entanto, não fica esquecido e logo que a conjuntura económica o permita, retomá-lo-emos.”

**F - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado David Azenha.-----

**DAVID AZENHA:** “Por estarmos a falar do tema educação, gostaria de abordar a questão do fornecimento de refeições às escolas.-----

O Município da Figueira da Foz celebrou um protocolo de colaboração com agrupamentos de escolas, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Juntas de Freguesia, tendo em vista o fornecimento de refeições escolares aos alunos.-----

Contudo, volvidos oito meses, não foi efetuado qualquer pagamento das verbas protocoladas, o que deixa algumas instituições em sérias dificuldades para cumprirem o protocolo outorgado, pois como decerto entenderão, não há tesouraria que resista.-----

Não se fornecem refeições apenas para os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, elas também são entregues a creches e infantários, e as entidades substituem-se ao Governo, à Câmara, não sei é até quando.-----

Não acredito que de setembro de 2011 a 30 de abril de 2012 não tenha havido disponibilidade financeira da Câmara para proceder aos pagamentos, ainda que parciais, do débito.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “São conhecidas de todos as dificuldades e constrangimentos financeiros vividos pelo Município da Figueira da Foz, contudo estas verbas estão para ser processadas, dependendo apenas da exequibilidade do saldo de gerência. Após a aprovação das contas, as verbas serão rapidamente disponibilizadas.”-----

**G - INCLUSÃO DE PONTOS**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** “Proponho que sejam incluídos na Ordem de Trabalhos, a pedido do Presidente da Câmara, para serem discutidos nesta sessão, os seguintes



- pontos:-----
- 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2012;L-----
  - Aquisição de Serviço de Segurança - Processo AD 0487/12 - DGAP - Plurianualidade dos Encargos Financeiros;-----
  - Plurianualidade dos Encargos Financeiros da Empreitada "Requalificação do Mercado Municipal e Zonas Envolventes";-----
  - Plurianualidade dos Encargos Financeiros da Empreitada "Requalificação do Forte de Santa Catarina e Porto De Recreio";-----
  - Declarações previstas no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Para Conhecimento.-----

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, incluir estes cinco pontos na Ordem de Trabalhos da presente sessão.**-----

- B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**
- 4 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO**
- 4.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

- 5 - APRECIÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:**
- 5.1 - IEFF-INCUBADORA DE EMPRESAS DA FIGUEIRA DA FOZ - PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA ISENÇÃO DO IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**

Foi presente uma informação da Divisão de Gestão Administrativa e de Património dando nota que a IEFF - Incubadora de Empresas da Figueira da Foz solicitara a renovação da isenção do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativo ao prédio sito no Parque Industrial da Figueira da Foz e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São Pedro com o artigo 1890.-----

Os serviços informam que a primeira isenção foi concedida pelo período de cinco anos, compreendidos entre 2007 a 2011, sendo a única renovação possível efetuada por igual limite temporal, e mantendo-se os fundamentos subjacentes ao pedido inicial, ou seja, o papel da Incubadora no Concelho da Figueira da Foz e na



Região, na promoção da criação de emprego, desenvolvimento, dinamização e rejuvenescimento do tecido empresarial.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 13 de março de 2012.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nogueira Santos.-----

**NOGUEIRA SANTOS:** “Eu gostaria de saber qual é o valor da isenção”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “O Imposto Municipal sobre Imóveis reflete-se sobre o valor da avaliação, correspondente a 1.748.000,00 €, mas não lhe consigo dizer agora os números exatos pois não tenho comigo o dossier. Vou pedir aos serviços que me informem.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** “O Presidente da Câmara fará chegar à Mesa da Assembleia Municipal os valores da isenção, e eu remetê-los-ei de imediato ao Movimento "Figueira 100%”.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nogueira Santos.-----

**NOGUEIRA SANTOS:** “Não está em causa o mérito da Incubadora de Empresas da Figueira da Foz, ou a renovação da isenção, o que está em causa é sabermos o montante da isenção a conceder, pois se, por exemplo, a isenção for de 4.000,00 €/ano, ao fim de cinco anos são 20.000,00 € retirados às receitas do Município da Figueira da Foz.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “O valor da Imposto Municipal sobre Imóveis a isentar é de 6.739,00 €.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes dos n.ºs 2 e 3 do art.º 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, na sua última redação, renovar pelo período de cinco anos e único possível, a isenção total do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis à IEFF - Incubadora de Empresas da Figueira da Foz, relativo ao prédio sito no Parque Industrial da Figueira da Foz e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São Pedro com o artigo 1890, com fundamento na importância da Incubadora para o desenvolvimento económico do Concelho da Figueira da Foz, em termos de criação de emprego e dinamização do tecido empresarial.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**



**5.2 - DISSOLUÇÃO DA FIGUEIRA PARANOVA - RENOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO, EMPRESA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA MINUTA DE PARTILHA**

Pela Figueira Domus, Entidade Empresarial Municipal, foi presente uma proposta no sentido da Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal da Figueira da Foz, na qualidade de sócio de pleno direito da Figueira Paranova - Renovação e Desenvolvimento Urbano, Empresa Municipal, a votar favoravelmente, em sede de Assembleia Geral daquela empresa, a dissolução da sociedade, nas condições propostas e aprovadas na reunião de Câmara de 10 de abril de 2012, que integram a nomeação da comissão liquidatária e a cessão da posição contratual ao Município da Figueira da Foz do contrato de locação financeira imobiliário n.º 450001756, referente à fração autónoma designada pela letra "J" do imóvel denominado "Casa do Paço", com a conseqüente aceitação dos termos, condições e assunção dos encargos plurianuais decorrentes do contrato e plano financeiro.--- Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 13 de março de 2012.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 10 de abril de 2012.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nogueira Santos.-----

**NOGUEIRA SANTOS:** "A dissolução da Figueira Paranova - Renovação e Desenvolvimento Urbano, Empresa Municipal é inquestionável e uma boa medida, pese embora, tenha pena que a mesma não seja inserida num contexto mais alargado e global de análise à estrutura das empresas municipais.-----  
Todavia, preocupa-me muito o acréscimo ao endividamento municipal decorrente deste processo de extinção, o que não coloca em causa o nosso voto favorável seu prosseguimento."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Concordo plenamente com a intervenção do deputado Nogueira Santos. Também desejaria que o processo de extinção/fusão das empresas municipais estivesse mais avançado. A aquisição das ações da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal e da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz detidas na Figueira Paraindústria - Gestão de Parques, Empresa Municipal estão já em fase de conclusão, o que nos permitirá caminhar para a sua extinção. Fomos surpreendidos com o novo Projeto de Lei para o setor empresarial local que pode criar graves dificuldades ao nosso objetivo



de fusão, dadas as exigências de sustentabilidade impostas às empresas municipais.-----

Compreendemos as razões do Governo em querer extinguir estas empresas, que constituem uma fonte de endividamento acrescido, mas tal qual está elaborado o projeto corremos o risco de extinguir as empresas e integrar as dívidas no contexto do Município."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo das disposições combinadas das alíneas i) e l) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua última redação, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar a Câmara Municipal da Figueira da Foz, na qualidade de sócio de pleno direito da Figueira Paranova - Renovação e Desenvolvimento Urbano, Empresa Municipal, a votar favoravelmente, em sede de Assembleia Geral daquela empresa, a dissolução da sociedade, nas condições propostas e aprovadas na reunião de Câmara de 10 de abril de 2012, que integram a nomeação da comissão liquidatária e a cessão da posição contratual ao Município da Figueira da Foz do contrato de locação financeira imobiliário n.º 450001756, referente à fração autónoma designada pela letra "J" do imóvel denominado "Casa do Paço", com a consequente aceitação dos termos, condições e assunção dos encargos plurianuais decorrentes do contrato e plano financeiro.---

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

### 5.3 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO DE 2011 DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Foram presentes os documentos de Prestação de Contas elencados no anexo I das Instruções n.º 1/2001, 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, exceto os documentos n.ºs "25 - Ativos de rendimento variável" e "35 - Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais", em virtude de não existirem movimentos contabilísticos que lhes dessem origem. Foi também presente o Inventário Municipal 2011 - Imobilizações.-----

Estes documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Gestão Financeira e Orçamento/Serviço de Contabilidade, deste Município e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Apenas três notas sobre este documento. No relatório de





atividades tivemos em atenção os reparos feitos no ano anterior, nomeadamente, incluindo a paginação, índice e elencagem das atividades. Nem todos os departamentos e divisões o fizeram da melhor forma, mas procuraremos colmatar essas insuficiências com os relatórios trimestrais, de forma a no próximo ano o documento ser mais uniformizado.-----

O relatório de atividades é um documento relevante, espelhando todas as ações desenvolvidas pelo Município da Figueira da Foz.-----

Quanto à gestão e contas, a nossa preocupação foi reduzir o passivo, podendo verificar-se no relatório de consolidação de contas uma diminuição de 3,4 milhões de euros, não deixar os custos ultrapassar as receitas, diminuir o endividamento líquido que foi conseguido, com uma amortização de 10% da dívida de médio/longo prazo, permitindo a libertação das verbas pendentes junto da Direção Geral das Autarquias Locais, bem como, o cumprimento integral do Plano de Saneamento Financeiro.-----

Do nosso ponto de vista, as nossas contas retratam uma aproximação ao ideal de execução orçamental, pese embora, tenhamos de gerir o encaixe de 31 milhões de euros do Plano de Saneamento Financeiro.-----

Nota-se claramente uma inversão do passivo, um índice de liquidez geral na ordem dos 81,3 %, uma redução substancial de dívidas a terceiros, atualmente na ordem dos 2,2 milhões de euros. Cumprimos e executamos o pagamento de 29,2 milhões de euros de dívidas."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado António Guerra Padrão.-----

**ANTÓNIO GUERRA PADRÃO:** "É notório que o comportamento da receita/despesa converge para o Plano de Saneamento Financeiro.-----

A receita global apresenta uma execução significativa, as receitas correntes com 30,9 milhões, Plano de Saneamento Financeiro com 26,8 milhões e as receitas de capital ascendem aos 4,2 milhões.-----

O comportamento da despesa também converge com o Plano de Saneamento Financeiro e não a abordarei na especialidade.-----

Quanto aos indicadores de monitorização do Plano de Saneamento Financeiro, regista-se o cumprimento da dívida de médio/longo prazo, o endividamento líquido, a dívida a curto prazo e a racionalização do mapa de pessoal.-----

Verifica-se a circunstância atenuante do saldo de gerência ser superior a 1 milhão de euros, mas parece-me existir já alguma visibilidade da dívida de curto prazo.-----



O prazo médio de pagamento parece-me um pouco extenso, no ano de 2011 foi de 257 dias para os 60 dias apontados no Plano de Saneamento Financeiro, e aproveitaria para perguntar à Vereadora Isabel Cardoso como irá controlar, num futuro próximo este indicador, que é o único não consonante com o referido Plano.-----

Relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro, em boa hora o Partido Social Democrata e Movimento "Figueira 100%" se empenharam nos números daquele Plano, trazendo alguma razoabilidade e racionalidade ao processo. Se tal não tivesse acontecido, hoje estaríamos aqui a discutir um desvio enorme entre o fecho de contas de 2011 e qualquer uma das primeiras propostas entregues em sede de Plano de Saneamento Financeiro e, conseqüentemente, também discutiríamos aqui o incumprimento dos indicadores de monitorização.-----

Para terminar e dada a exiguidade da transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, convidando um pouco à inércia, gostaria de perguntar ao Presidente se esta é uma situação política no âmbito da reorganização administrativa do Concelho, ou um mero facto conjuntural."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Carronda.-----

**JOÃO CARRONDA:** "Depois desta intervenção do deputado António Guerra Padrão, tenho de registar o seu reconhecimento de que a situação melhorou.-----

Tenho pena que se mencionem propostas e depois se diga não terem sido executadas. Não sei se a falha é na execução ou na falta de propostas.-----

Este executivo municipal tem vindo a demonstrar de uma forma transparente e clara é que ouve as opiniões dos outros e acolhe as que considera pertinentes, e isto é o exemplo da boa gestão. Não é autoritário nem ditador.-----

O presente relatório de gestão e contas do exercício do ano de 2011, da Câmara Municipal da Figueira da Foz, os documentos merecem da bancada do Partido Socialista os seguintes reparos e comentários:-----

Começamos por notar a excelência dos documentos apresentados, quer pelos quadros que deles fazem parte, quer pelos apontamentos explicativos, permitindo a todos os interessados uma fácil apreciação e entendimento dos resultados ali contidos.

O relatório de gestão relata de forma exaustiva a atividade do Município, permitindo-nos observar o "mar de atividades e eventos" que decorreram durante o ano de 2011, ficando o Figueirense mais desatento ou desinteressado, surpreendido com a vasta atividade que lhe passou ao lado. Muito trabalho sem se colocarem em «bicos de pés».-----

Quanto às contas:-----



Detendo-nos da execução orçamental, desde logo é evidente a taxa de execução (83,3% no que concerne ao aglomerado de receitas e de 80,5% no respeitante ao aglomerado de despesas), valores não encontrados em exercícios de há muitos anos a esta parte.-----

Sabemos que depressa ocorrerá o pensamento e a verbalização de que tal só foi possível considerando o impacto do Plano de Saneamento Financeiro. Meia verdade. O resultado final também é devido a uma rigorosa gestão e controlo dos custos ( em despesa corrente a taxa de execução foi de 91,5%).-----

Passando a enumerar o que de mais importante podemos retirar da análise às contas apresentadas.-----

Do lado das receitas:-----

O total de receitas arrecadadas foi de 66,2 milhões de euros, ao qual se deduzirmos o montante advindo do empréstimo resultante do Plano de Saneamento Financeiro, verificamos que se obteve mais 4,2 milhões de euros (15,76%) do que no ano transato.-----

Para este resultado - em receitas correntes - foi determinante o valor da derrama (3.873.462 milhões de euros), o Imposto Municipal sobre Imóveis (7.920.872 milhões de euros) e venda de bens e serviços correntes (2.885.915 milhões de euros).-----

Podemos assim concluir que o aglomerado dos impostos diretos vieram dar razão às expectativas do executivo camarário, aquando da apresentação do Plano de Saneamento Financeiro, ao registarem um acréscimo significativo em relação aos anos transatos.-----

Também é de referir a penalização sofrida nas transferências da Administração Central no montante de 661 mil euros, resultado do incumprimento na diminuição do endividamento líquido do Município no ano de 2009.-----

Nas receitas de capital a estagnação/recessão do mercado imobiliário, mais uma vez, não veio permitir alcançar os objetivos traçados.-----

Do lado das despesas:-----

O total da despesa paga traduziu-se em 64 milhões de euros, sendo 48,5 milhões de euros de despesa de capital.-----

Se bem que o encaixe do empréstimo advindo do Plano de Saneamento Financeiro, tem o significado que tem neste resultado, somente através de uma gestão cuidada é que foi possível disponibilizar fluxos de tesouraria que permitiram regularizar contas, que se vinham arrastando há demasiado tempo.-----



Do lado da despesa corrente:-----  
De referir a redução na rubrica de custos com o pessoal (- 1.064 milhões de euros 9,65%) pela importância que esta rubrica representa no quadro das despesas correntes, resultado do emagrecimento do quadro de pessoal - sem ter colocado em risco a prestação dos serviços.-----  
De entre o agregado da despesa de capital regista-se um incremento de 174,6% na rubrica «Aquisição de bens de capital» resultante da tão almejada regularização de débitos a fornecedores.-----  
Também a regularização do valor devido pelo contrato-programa com a Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal, relativo ao Paço de Maiorca no valor de 1.027 milhões de euros «pesa» no total do agregado (transferências de capital concedidas).-----  
Como resultado final, verificamos que os custos do exercício foram reduzidos em 3,3% (1,3 milhões de euros) se comparados ao exercício de 2010, exercício que já vinha reduzindo a despesa, quando comparado com o exercício de 2009 em 8,27% (3,5 milhões de euros).-----  
Quando em confronto com os elementos constantes no Plano de Saneamento Financeiro verifica-se um valor de 115,48% em relação aos valores cobrados (receitas) e 102,2% em relação aos valores pagos (102,2%).-----  
Se atendermos a que os meios disponibilizados pelo Plano de Saneamento Financeiro se iniciaram em julho, estamos perante resultados que todos devem reconhecer como excelentes.-----  
Por último, é com satisfação que vemos reduzir o passivo do Grupo Municipal (empresas municipais detidas a 100%) em 3,4 milhões de euros, a dívida total (passivo) do Município em 2,66 milhões de euros, e a redução do excesso de endividamento líquido em 14,6 milhões de euros.-----  
Quanto à proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2011, no valor de -4.449.594,00 €, ela é merecedora da nossa concordância perante o proposto, ou seja, transferido para a Conta de Resultados Transitados.-----  
Em conformidade com a análise efetuada, o Relatório e Contas de Gestão do ano de 2011, merecem da bancada do Partido Socialista a total aprovação.-----  
Quando no passado recente, perante situações e evidentes desajustamentos e incumprimentos de objetivos, sempre se justificava com a instabilidade e condicionalismos de políticas governamentais, os arautos daquele argumentário depressa o esqueceram. Hoje, em situação incomparavelmente pior do que se



verificava à época, constantemente surgem a reivindicar mais intervenção e ação municipal.-----

Os Figueirenses não são tolos, estão atentos e reconhecem o enorme esforço que o executivo camarário tem vindo a desenvolver, a todos os níveis e, principalmente, na área financeira, regularizando dívidas com anos de atraso, conseguindo, assim, reconquistar a confiança dos empresários figueirenses, empresários que tinham eliminado da sua carteira de clientes o Município da Figueira da Foz.-----

E as nossas coletividades e associações, incentivadas a contraírem encargos, muitas das vezes com interesses e vantagens de atores políticos, encargos que somente os viam reconhecidos em deliberações de Câmara, aguardando anos pelo cumprimento das deliberações, finalmente viram os seus cofres confortados com as verbas pagas (mais de 500.000,00 €).-----

Também as freguesias viram os seus créditos praticamente regularizados, os que haviam de ser regularizados, aliviando o sufoco que por diversas vezes publicitaram.-----

Se nada mais tivesse sido feito, o que não corresponde à verdade, esta reconquista de confiança deve ser, e é, merecedora do nosso aplauso e regozijo.-

Muito se tem apregoadado de que o Plano de Saneamento Financeiro vem condicionar a gestão camarária nos próximos anos. É verdade. E quem foi o culpado do desastre financeiro a que chegou o nosso Município, tendo-o levado a socorrer-se de engenharia financeira, com os custos que todos sabem?-----

Veja-se o descrito nas páginas 238 e 239 do Relatório de Gestão e aí, facilmente, se verifica quem foram os autores do condicionamento das gestões camarárias por vários mandatos.-----

A acrescer a tudo isto, os negócios e projetos ruinosos que se foram acumulando e que se poderão vir a mostrar altamente lesivos para o nosso Município, obrigam ao desempenho de uma gestão particularmente atenta e cuidadosa.-----

Felizmente para alguns, no Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais não está contemplada uma rubrica que espelhasse uma Provisão para riscos em curso - leia-se para ações em curso ou a enfrentar."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado António Guerra Padrão.-----

**ANTÓNIO GUERRA PADRÃO:** "Quando o deputado João Carronda referiu o aumento da derrama, gostaria de esclarecer que estes valores reportam sempre ao ano anterior."-----



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nelson Fernandes.-----

**NELSON FERNANDES:** “Neste Relatório e Contas é relevante o pagamento das dívidas a curto prazo, a evidente melhoria no controlo da execução orçamental, sobretudo, na contenção das despesas. É preocupante a descida do nível das receitas, não nos permitindo grandes otimismo.-----

Esperamos no próximo ano um Orçamento mais exequível com a realidade. Esta taxa de execução resulta não só numa melhoria no controlo financeiro, mas também decorre do Plano de Saneamento Financeiro.-----

Por fim, faria apenas uma menção à intervenção do deputado António Guerra Padrão, quando disse que o Partido Social Democrata se empenhou, eu afirmo que se empenhou e nos empenhou.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio.-----

**José Elísio:** “Voluntariamente obrigado, vou votar a favor do documento de prestação de contas e inventário municipal. Digo voluntariamente obrigado, por não ser da minha vontade e não me agradarem as contas, mas sou obrigado por não existir alternativa.-----

Louvo a coragem do Presidente e do restante executivo municipal. Eu não seria capaz de aguentar.-----

Gostaria de dizer ao deputado João Carronda que aqui há muitos culpados, não há só um e, deveríamos acabar com este «ping-pong» entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, porquanto se uns têm culpa, os outros não lhe ficam a dever nada.-----

Eu li que a dívida da Câmara ronda os 80 milhões de euros, li declarações da Vereadora Isabel Cardoso que este ano a Câmara teria reduzido a dívida em 3 milhões de euros, e estou a ficar otimista, pois a este ritmo ainda teremos trinta anos para a conseguir regularizar. Mas, se considerarmos que nos próximos anos não vai ser possível continuar a fazer cortes, então a regularização da dívida só terminará daqui a 50 ou 60 anos, e muitos de nós já cá não estarão.---

Pessoalmente, desconheço se existirão muito mais pessoas disponíveis para serem Presidentes de Junta, sabendo de antemão que durante os próximos anos não usufruirão de transferências de verbas, não terão alcatrão, nem cimento, nem ferro, nem *tout-venant*, nem nada.-----

A Câmara não dá porque não pode, mas esta situação não se pode eternizar.-----

A solução terá de passar pela administração central, e do meu ponto de vista, no momento em que se discute a reorganização administrativa territorial autárquica,



onde certamente se abordará a temática das finanças locais, talvez fosse o momento ideal para as Câmaras e os seus Presidentes exigirem do poder central uma solução em termos de financiamento local.-----

Eu quero mais luz na freguesia de Lavos, quero os buracos tapados e não há massa asfáltica, e depois trazem-nos aqui histórias de mega agrupamentos, com custos elevadíssimos, quando temos escolas de qualidade que foram encerradas.-----

Reconheço que o Presidente da Câmara não poderia ter feito melhor, sendo essa a razão do meu voto favorável, pois se pressentisse que podia fazer melhor e não o tinha feito, então eu votaria contra.-----

Se me colocassem a opção entre mais dívidas e obras feitas e menos dívidas e obras por fazer, eu optaria sempre pela primeira, pois foi para isso que fui eleito.-----

Ficaria satisfeito se visse a dívida a diminuir e algumas obras a serem executadas.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

**JOÃO PAULO TOMÉ:** “Os documentos entregues refletem uma coerência objetiva no respeito pelos indicadores do Plano de Saneamento Financeiro. É de realçar o esforço e a competência, mas pegando nas palavras do Presidente da Junta de Lavos, relembra-se ser preciso consciencializarmo-nos que os verdadeiros reflexos das medidas da troika ainda não se começaram a fazer sentir a nível das câmaras municipais. Tenho receio do futuro... Não sei se devemos congratular-nos pelo que conseguimos hoje.-----

Quando há dois anos, apresentei neste órgão, um pequeno *draft* para a resolução das empresas municipais, tinha esperança que isso fosse a tal «pedrada no charco» e nos ajudasse agora, infelizmente isso não aconteceu.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Luis Almeida e Castro.-----

**LUIS ALMEIDA E CASTRO:** “Respondendo às apreciações do Deputado António Padrão, urge repor a verdade dos factos, ou seja, o Partido Social Democrata andou seis meses a atrasar o Plano de Saneamento Financeiro, e o mérito, a legitimidade e a coragem política é deste Executivo, do seu Presidente e da Vereadora Isabel Cardoso, sendo de louvar.-----

Estas eleições não deveriam ter sido ganhas pelo Partido Socialista, o incêndio fora provocado e quem o ateou quem o apagasse. Sorte da Figueira, da cidade e dos munícipes e de quem tem pessoas com este rigor e esta seriedade a tratar das finanças de todos nós.-----



As contas têm uma execução orçamental de 83,5%, caso inédito nesta Câmara Municipal. Eu se estivesse no vosso lugar, e digo isto sem qualquer tipo de animosidade, não me pronunciaria sobre esta matéria."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado António Guerra Padrão.-----

**ANTÓNIO GUERRA PADRÃO:** "Eu começava pelas últimas palavras do deputado Luis Almeida e Castro, a saber, trabalho competente do executivo municipal. Para levar a cabo a execução financeira bastam 03 ou 04 pessoas, basta 01 departamento, não é preciso um executivo, basta que toda a gente pense, chega uma injeção financeira, seja duma empresa, seja de um Município. Isto não tem nada de político, só tem de técnico."-----

É evidente que o Partido Social Democrata para além de se ter empenhado, também empenhou razoavelmente ou excessivamente as finanças da Câmara, isso tem de ser assumido e não escamoteado. Mas, este Plano de Saneamento Financeiro que deriva do estado a que chegaram as finanças do Município, data de setembro de 2009 e o seu período de vigor inicia-se no segundo semestre de 2011. Então, eu pergunto onde está a competência de se ter atrasado dois anos a execução deste Plano? A única consequência deste ato foi o aumento da dívida de curto prazo, cuja herança com a marca do Partido Socialista alguém irá receber no futuro."-----

Participamos com muito gosto nas «negociações» do Plano de Saneamento Financeiro, porque efetivamente, as primeiras versões eram pouco menos que ridículas no tocante a uma expectativa perfeitamente ilusória da receita, eram um disparate completo. A própria empresa responsável pela elaboração do Plano de Saneamento Financeiro, fê-lo com pouco rigor. Prova disso é que eu não tenho dedos das mãos suficientes para contar o número de versões feitas, devido aos dados irrealistas e fora do comum."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nogueira Santos.-----

**NOGUEIRA SANTOS:** "Quereria referir de uma forma enfática a qualidade do relatório disponibilizado, para mim, o melhor elaborado até ao momento."-----

A reflexão do Movimento "Figueira 100%" que irei fazer incide sobre as Contas. Seria insensato congratularmo-nos pela escassez das receitas da Câmara ou pela sua exiguidade. Temos sempre sublinhado os níveis da receita exclusivamente com o único propósito de não permitir tirar ilações que conduzam ao extravasar na execução da despesa e, conseqüentemente, ao aumentar da situação deficitária do Município."-----

Na análise da receita e da despesa paga, não entramos em euforia com o facto da





receita de 2011 ter sido superior em cerca de 4 milhões de euros, relativamente à de 2010, pois ela está ao nível da angariada em 2008 e 2009. Analisando os dados, verifica-se que a receita de 2008 é idêntica à de 2011, e a derrama era inferior em 1 milhão de euros, ou seja, o decréscimo da receita de 2011 deriva da derrama ter sido menor.-----

A receita de capital é a mais baixa dos últimos anos, e a sua execução, tirando o saneamento financeiro, é de 9,51%.-----

Quanto à despesa corrente não me pronuncio, pois os dados constantes do relatório estão misturados com a execução do Plano de Saneamento Financeiro, impedindo-me de tirar conclusões com rigor.-----

No tocante às despesas com pessoal, a verba respeitante à ADSE distorce completamente a análise das mesmas, e eu não consigo constatar a tal falada diminuição da despesa em cerca de 1 milhão de euros.-----

Contudo, importa sublinhar que 40% das receitas do Município são absorvidas pelo pagamento de remunerações ao pessoal, o que considero um exagero. O relatório apresenta-nos um Departamento Municipal Administrativo e Financeiro com remunerações de pessoal na ordem dos 2.319.540,00 € e um Departamento Municipal de Urbanismo com 2 milhões de euros.-----

O Movimento "Figueira 100%" discorda totalmente do princípio da especialização, introduzido neste exercício e neste relatório a solicitação do Revisor Oficial de Contas. Sem querer colocar em causa a sua competência, não entendemos porque só agora a Câmara altera o princípio contabilístico, quando o Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais está em vigor há vários anos. Também consideramos que aos princípios contabilísticos se sobrepõe o princípio da prudência, ou seja, as receitas devem ser contabilizadas quando obtidas e os custos devem ser contabilizados quando incorridos. Não é correto contabilizar-se este ano a receita a receber no próximo ano. A consequência disso é a subida da capacidade de endividamento do Município em 14 milhões de euros, porque se contabilizam 12 milhões de receitas a mais neste exercício, sendo esta uma das razões subjacentes ao meu voto contra a este Relatório.-----

Questiono também os 257 dias para pagamento a fornecedores, e pergunto-me como irá a Câmara durante este ano diminuir este prazo para os 70 dias apontados no Plano de Saneamento Financeiro."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Carronda.-----

**JOÃO CARRONDA:** "Os custos com pessoal no exercício vêm plasmados na página 257



do Relatório, podendo constatar-se a sua diminuição em relação ao ano anterior.-  
Ao deputado José Elísio eu digo que a Assembleia Municipal é um local para o debate, e quando se afirma que não devemos andar aqui todos, Partido Socialista, Partido Social Democrata, Movimento "Figueira 100%", Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, a jogar «ping-pong», eu reitero ser este o local próprio para o debate e para a acusação. Temos o dever de apontar aqui os erros ou as falhas para não os voltarmos a repetir.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio.-----

**JOSÉ ELÍSIO:** "Fico grato pelo Deputado João Carronda ter assumido que a Assembleia Municipal é um lugar de debate, mas eu não sugeri que acabasse o debate, eu pedi para terminarmos com as acusações recíprocas.-----

Ao deputado Luis Almeida e Castro eu respondo que é bom ser lavoense de coração, mas não chega, pois para se ser um verdadeiro lavoense é preciso ser-se de alma e coração.-----

Eu assumo o compromisso de explicar aos lavoenses que as obras do Jardim de Infância da Costa, da defesa da orla costeira, da ciclovía, da reparação do parque de estacionamento, da área de serviço para as autocaravanas, da nova unidade de saúde, da nova sede para o Núcleo da Cruz Vermelha dos Carvalhais, não avançam, os buracos nas estradas não se reparam, as valetas não se limpam, as areias da rua da costa não se retiram, porque a Câmara não tem dinheiro.-----  
Mas, agora o deputado Luis Almeida e Castro vai dizer aos lavoenses que esta é a política correta e a atitude certa."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Luis Almeida e Castro.-----

**LUIS ALMEIDA E CASTRO:** "O deputado José Elísio tem toda a razão, é preciso ser-se lavoense de alma e coração. Discordo da parte final da sua intervenção, pois temos de explicar às pessoas que a situação atual se deve a outras políticas, nas quais o deputado José Elísio teve a sua quota parte, e essa é a verdade. Não há alternativas, o Estado está na bancarrota, não há dinheiro para nada.-----

A alma do deputado António Padrão foi invadida por deuses tecnocratas. Então a execução financeira são os funcionários? Então, a decisão de criar o Plano de Saneamento Financeiro e de o aprovar não existe? A decisão de criar a dívida foi de um funcionário talvez por engano? A decisão financeira não tem subjacentes escolhas políticas?-----

Terminarei afirmando que o Partido Socialista sabe renovar-se, não tem uma visão sectária das instituições e aceita com todo o gosto a alternância democrática."-



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio.-----

**JOSÉ ELÍSIO:** “O deputado lavoense de alma e coração, Luis Almeida e Castro, poderá explicar às pessoas que agora não se fazem as obras por culpa dos outros que deixaram as dívidas, mas está sujeito a que estas lhe respondam que os outros deixaram as dívidas mas fizeram obra de vulto.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Lídio Lopes.-----

**LÍDIO LOPES:** “A Câmara Municipal da Figueira da Foz ficou na penúria por causa de seis anos de Governo Socialista. A nível nacional, o Partido Socialista trouxe a «troika».-----

As freguesias agradecem as obras e os equipamentos executados pela Câmara do Partido Social Democrata.-----

Nesta Câmara temos dois Partidos Socialistas, um na Assembleia Municipal que fala e grita contra o Partido Social Democrata, e outro na Câmara, que agradece ao Partido Social Democrata a colaboração no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro.-----

O Partido Social Democrata assumiu uma postura responsável nas negociações do Plano de Saneamento Financeiro, em prol da Figueira da Foz e dos figueirenses.”-

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

**JOÃO PAULO TOMÉ:** “Eu entendo dever acabar-se com esta discussão e colocar de lado os partidarismos, pois o importante é lutar pela Figueira da Foz. No entanto, saliento o facto deste País, ao longo dos últimos anos, ter tido apenas uma alternância entre dois partidos, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, sendo estes os únicos responsáveis por tudo o que de mau e bom foi feito.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Tiago Castelo Branco.-----

**TIAGO CASTELO BRANCO:** “Antigamente, começamos por ter carros e motoristas para a administração das empresas municipais e acabamos hoje por extinguir uma delas, por unanimidade. Antigamente, cada vereador tinha afeto uma viatura e um motorista, para além da presidência ter um carro de valor superior.-----

Na semana passada, tive uma reunião com o Presidente da Câmara, no final da mesma vi o Presidente entrar numa viatura, outrora afeta a um Vereador, e perguntei-lhe porque ia ele a conduzir. Respondeu-me que ia a uma visita oficial e dado já passar das 17,30 horas, o motorista fora dispensado.-----

Antigamente, guardavam-se caixotes de faturas não lançadas para se escamotearem as contas, hoje temos Planos de Saneamento Financeiro.-----



Compreendo os Presidentes de Junta, pois são os primeiros a ouvir os lamentos das populações, mas considero relevante a sua função pedagógica de tentar explicar às pessoas que os tempos mudaram e a crise terá uma longa duração.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio.-----

**JOSÉ ELÍSIO:** “Eu até sou capaz de subscrever e concordar com muitas das críticas feitas pelo deputado Tiago Castelo Branco, mas fui Vereador onze anos, tinha uma equipa constituída por sete engenheiros, um arquiteto e um licenciado em Direito, e faziam-se dez vezes mais obras do que se faz agora.-----

Cada um interpretará como quiser, mas com toda a franqueza e frontalidade, não concordo com o facto do Presidente ou qualquer Vereador ter de se deslocar em serviço da Câmara Municipal, nos seus carros particulares.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Luis Almeida e Castro.-----

**LUIS ALMEIDA E CASTRO:** “A obra feita hipotecou o futuro dos jovens do nosso Concelho. Quanto à coexistência de dois Partidos Socialistas, um na Câmara e outro na Assembleia, tal não corresponde à verdade.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio.-----

**JOSÉ ELÍSIO:** “Não posso calar o facto do deputado Luis Almeida e Castro ter afirmado que as obras feitas hipotecaram o futuro. Pergunto-lhe porquê? Eram desnecessárias? Foram executadas contra a vontade das pessoas? Alguém reclamou delas terem sido feitas? Alguém deixou de as utilizar? Foram úteis ou não foram? Foram megalomanias?”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Respondendo ao deputado António Padrão, concordo que o Plano de Saneamento Financeiro já deveria ter sido implementado há quatro anos. Este executivo tirou-o da gaveta, estudou-o, melhorou-o e aprovou-o para o colocar em prática, com todas as dificuldades decorrentes de não haver crédito atualmente. É um documento técnico e previsional.-----

Ainda há uma série de dossiers que poderão aumentar o endividamento municipal, refiro-me ao Paço de Maiorca, à questão da HAGEN e à rescisão do Contrato do Parque Desportivo de Buarcos. Ainda está pendente um pedido de indemnização instaurado contra o Município pela HABISERVE, na sequência da rescisão de um contrato-promessa de compra e venda outorgado no ano de 1985.-----

O crédito parou e o Município tem de assumir a dívida.-----

Executar o Plano de Saneamento Financeiro é muito difícil, muito impopular e ninguém gosta de o fazer.”-----



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à Vereadora Isabel Cardoso.-----

**VEREADORA ISABEL CARDOSO:** “Em relação ao sonho do Presidente da Junta de se reiniciar um novo ciclo de investimento, eu só vejo duas alternativas. Ou nos perdoam 50% da dívida, como fizeram à Grécia, ou poderemos emitir «municípiobonds».-----

O passivo tem de ser pago e as obrigações com a banca cumpridas.-----

Respondendo ao deputado Nogueira Santos, a estrutura de custos incorridos no ano demonstra a diminuição de custos com pessoal em 1 milhão de euros, na parte orçamental de execução da despesa os valores são diferentes, porque obviamente mede a capacidade de pagamento, e aí está incluída a dívida à ADSE.-----

Expurgando o efeito empréstimos e passivos financeiros, a execução das receitas de capital, apesar de fraquinha, conseguiu crescer 13%este ano.-----

A forma como foram contabilizados o Imposto Municipal sobre Imóveis, a derrama e o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, conforme sugestão do Revisor Oficial de Contas, tem a ver com o facto de no ano de 2012 estarmos a cobrar o imposto respeitante ao ano de 2011, mas tal não se traduz no desrespeito pelo princípio da prudência. A própria Inspeção Geral de Finanças já há dois anos vinham a exigir que o Município da Figueira da Foz contabilizasse estas receitas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Uma das minhas preocupações foi verificar a evolução destas receitas e posso demonstrar-lhe que, desde 2007, as receitas destes três impostos são sempre superiores aos valores estimados.-----

Em relação ao rácio de endividamento líquido, mesmo que não tivéssemos alterado a forma de contabilização, teríamos uma diminuição na ordem dos 13%.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nogueira Santos.-----

**NOGUEIRA SANTOS:** “Quanto às despesas com pessoal, a minha conclusão foi na base da despesa paga, e efetivamente não se verifica essa redução. O próprio relatório refere, a páginas 302, que ao nível dos custos há uma redução de 2,7% e o número de funcionários diminuiu 9,7%.-----

Na página 252, no quadro 55, verifica-se que o endividamento líquido no final de 2011 situou-se em 28 milhões, apresentando uma diminuição de 34,02%, explicada pelo aumento dos ativos financeiros.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor,**



quinze abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Lídio Lopes, Vitor Pais, Azenha Gomes, Maria Isabel Sousa, António Guerra Padrão, Margarida Fontoura, Euclides Pagaimo, Dário Acúrcio e Afonso Matias, do Movimento "Figueira 100%", Nogueira Santos, António Pedrosa, Elisa Coimbra e Paulo Santos Gonçalves, da Coligação Democrática Unitária, Nelson Fernandes e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e sem votos contra, ao abrigo das disposições emergentes do artigo 47.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e alínea c), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, ambas na sua redação atualizada:-----

- 1 - Aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município da Figueira da Foz, relativos ao ano de 2011;-----
- 2 - Aprovar o Inventário Municipal dos Bens que faz parte integrante do processo de prestação de contas;-----
- 3 - Aprovar a aplicação do resultado líquido negativo de 4.449.593,97 € (quatro milhões quatrocentos e quarenta e nove mil quinhentos e noventa e três euros e noventa e sete cêntimos) em resultados transitados.-----

*Deliberação aprovada em minuta.*-----

**5.4 - 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2012 - EXTRA-AGENDA**

Pelo Serviço de Contabilidade foi presente, para apreciação e aprovação, a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2012, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.---

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor, nove abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Lídio Lopes, Vitor Pais, Azenha Gomes, Maria Isabel Sousa, António Guerra Padrão, Margarida Fontoura, Dário Acúrcio e Afonso Matias, e da Coligação Democrática Unitária, Nelson Fernandes, e sem votos contra, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua última redação, aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento.**-----

*Deliberação aprovada em minuta.*-----

**5.5 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA - PROCESSO AD 0487/12 - DGAP - PLURIANUALIDADE DOS ENCARGOS FINANCEIROS - EXTRA AGENDA**

Foi presente uma informação da Divisão de Gestão Administrativa e de Património propondo a abertura de procedimento por Ajuste Direto, ao abrigo do Acordo



Quadro promovido pela Agência Nacional de Compras, para aquisição de serviços de segurança e vigilância, e a sua submissão à Assembleia Municipal tendo em vista a concessão de autorização para o Município da Figueira da Foz assumir o compromisso plurianual decorrente da celebração do contrato desta prestação de serviços.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio.-----

**JOSÉ ELÍSIO:** "Gostaria de saber qual a abrangência desta prestação de serviços, designadamente, se irá também contemplar as escolas do Concelho."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à Vereadora Isabel Cardoso.-----

**VEREADORA ISABEL CARDOSO:** "Esta prestação de serviços incluirá as instalações do Município, o Parque de Máquinas e Viaturas, as Oficinas, o Museu, não abrangendo as escolas do Concelho."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua última redação, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:-----**

**1 - Aprovar a abertura do procedimento por Ajuste Direto para aquisição de serviços de segurança e vigilância ao abrigo do Acordo Quadro promovido pela Agência Nacional de Compras, a constituição do Júri do procedimento, a delegação de competências nesse mesmo Júri, e as peças do concurso;-----**

**2 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da celebração do contrato desta prestação de serviços.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**5.6 - PLURIANUALIDADE DOS ENCARGOS FINANCEIROS DA EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL E ZONAS ENVOLVENTES" - EXTRA AGENDA**

Presente uma informação da Divisão Jurídica e de Contratação Pública, registada no SGD sob o n.º 4509, em 17 de abril de 2012, propondo que a Assembleia Municipal autorize a Câmara Municipal a assumir a plurianualidade dos encargos financeiros da empreitada de "Requalificação do Mercado Municipal e Zonas Envolventes".-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Lídio Lopes.-----



**LÍDIO LOPES:** “Não queria deixar passar esta oportunidade para publicamente registar o meu desagrado com o espaço escolhido para a instalação do mercado provisório, o parque de estacionamento da Av.ª de Espanha.-----  
Do ponto de vista estético é uma má solução, e espero não se venha a revelar também uma má solução em termos funcionais. A ideia do Mercado é de frescos e naquele espaço será muito quente no verão. Creio irem surgir dificuldades nas acessibilidades, nomeadamente, nas cargas e descargas, conduzindo a situações muito conflituosas na época balnear.-----

Esteticamente a estrutura montada para o efeito é por demais agressiva.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “o Município está atento e procurará debelar qualquer problema que surja.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com vinte e cinco votos a favor, quatro abstenções dos membros do Movimento "Figueira 100%", Nogueira Santos, António Pedrosa, Elisa Coimbra e Paulo Santos Gonçalves, e sem votos contra, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual da empreitada de "Requalificação do Mercado Municipal e Zonas Envolventes", e os encargos financeiros para os anos de 2012 e 2013 correspondentes, respetivamente, a 2.740.579,46 € (dois milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e setenta e nove euros e quarenta e seis cêntimos) e 348.202,06 € (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e dois euros e seis cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**5.7 - PLURIANUALIDADE DOS ENCARGOS FINANCEIROS DA EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DO FORTE DE SANTA CATARINA E PORTO DE RECREIO" - EXTRA AGENDA**

Presente uma informação da Divisão Jurídica e de Contratação Pública, registada no SGD sob o n.º 4509, em 17 de abril de 2012, propondo que a Assembleia Municipal autorize a Câmara Municipal a assumir a plurianualidade dos encargos financeiros da empreitada de “Requalificação do Forte de Santa Catarina e Porto de Recreio”.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado António Pedrosa.-----





**ANTÓNIO PEDROSA:** “Em 19 sessões da Assembleia Municipal nunca intervi no âmbito das empreitadas de requalificação do Mercado Municipal Engenheiro Silva e de requalificação do Forte de Santa Catarina.-----

Orgulho-me de ter votado contra o Plano de Pormenor do empreendimento do Vale do Galante.-----

Sou absolutamente contra o projeto de requalificação do Forte de Santa Catarina, por se traduzir num desperdício de dinheiros públicos. Ir-se-ão despende 3,6 milhões de euros, e não consigo perceber como uma Câmara Municipal falida e sem crédito se dá ao luxo de gastar este dinheiro.-----

Não vou ser demagogo e afirmar que o dinheiro poderia ser aplicado em projetos mais importantes. Mas vou ser populista, referindo que esse dinheiro poderia ser equacionado e aplicado noutros projetos.-----

Em relação ao Mercado Municipal poderia sair desta sala e votar ausente, mas não vou fazer isso.-----

O que vai ficar em ata é que eu proferi estas afirmações. Se tivesse oportunidade de votar, eu votaria contra a empreitada de requalificação do Forte de Santa Catarina e, provavelmente, no limite, deixaria passar a empreitada de requalificação do Mercado Municipal.-----

É um fatalismo enorme investirem-se cerca de 7 milhões de euros, apenas porque existe verba disponível no Quadro de Referência Estratégico Nacional. Vamos ver se estes projetos decorrem conforme programado, se os concessionários do Mercado não ficarão a «assar» na estrutura provisória, e se a requalificação do Forte de Santa Catarina trará alguma valia à zona urbana da cidade. Gostava de ouvir a opinião dos Presidentes de Junta, se o dinheiro é melhor empregue nesta empreitada ou noutros projetos.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nelson Fernandes.-----

**NELSON FERNANDES:** “Eu subscrevo as palavras do deputado António Pedrosa. Em relação às obras do Mercado Municipal votaria a favor, mas no tocante à requalificação do Forte de Santa Catarina tenho sérias dúvidas. Falamos hoje nesta Assembleia de dificuldades financeiras, de não se poderem executar obras, de não haver dinheiro e, depois, apresentam-nos estes dois processos para aprovação da plurianualidade de encargos, sem nos darem conhecimento dos respetivos projetos.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Carronda.-----

**JOÃO CARRONDA:** “O deputado António Pedrosa afirmou não pretender fazer



demagogia, mas de seguida perguntou aos Presidentes de Junta o que pensavam do assunto. Foi uma contradição, pois sabe com certeza que as verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional não poderiam ser utilizadas noutros projetos. Se uma ínfima parcela de tais verbas pudesse ser utilizada num projeto de uma freguesia, eu seria o primeiro nesta Assembleia a reclamar obra, quanto mais não seja, a conservação dos espaços públicos.-----

Anda há poucos dias, li uma nota do deputado Lídio Lopes onde este afirmava serem necessárias, há já muito tempo, obras de reabilitação do Mercado.-----  
Sinto uma revolta enorme por não ter massa asfáltica para arranjar as ruas da freguesia, mas também reconheço que, infelizmente, aquelas verbas não podem ser aplicadas para esse efeito.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Lídio Lopes.-----

**LÍDIO LOPES:** “Votar a plurianualidade da obra significa aprovar a execução da mesma e a sua efetiva concretização.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado António Pedrosa.-----

**ANTÓNIO PEDROSA:** “Eu aprendi que não devia aceitar prendas quando elas me trazem encargos. O executivo refere que a empreitada de requalificação do Forte de Santa Catarina não custa nada, mas isso é mentira, pois irá custar muito dinheiro dos contribuintes.-----

Eu não consigo parar a obra com o meu voto contra, portanto vou abster-me, como se diz em política um voto que não vale nada.-----

Não preciso que o deputado Lídio Lopes me ensine a ser político.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nelson Fernandes.-----

**NELSON FERNANDES:** “Não estou de acordo com os argumentos do deputado Lídio Lopes. Não vou votar as obras que desconheço, eu votarei o seu financiamento e a legalidade deste, em termos de Tribunal de Contas, tal como é solicitado pela Câmara Municipal.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Lídio Lopes.-----

**LÍDIO LOPES:** “O deputado Nelson Fernandes não sabe nada do que lá vai acontecer, mas o deputado António Pedrosa sabe e não concorda. Aqui reside a diferença. O Nelson está na ignorância absoluta, mas vota a plurianualidade de encargos, o deputado António Pedrosa sabe o que lá vai acontecer e não concorda, e por isso eu entendo que se não concorda, deve aproveitar a oportunidade para expressar a sua opinião política.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Paulo Gonçalves.-----



**PAULO GONÇALVES:** “Mais uma vez e por esta discussão, se vê quem se mexe bem nos meandros da dialética política, e quem debate o que é efetivamente importante para a Figueira da Foz. O deputado Lídio Lopes tentou, uma vez mais, dar-nos uma lição de coerência política. Vê-se quem debate projetos, opções, e defende princípios em que acredita, independentemente, da política muitas vezes não aceitar bem essa opção.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Lídio Lopes.-----

**LÍDIO LOPES:** “Eu conheço o deputado Paulo Gonçalves dos tempos em que ele era jornalista e apelo a esses tempos para me dizer se eu sou ou não coerente.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nogueira Santos.-----

**NOGUEIRA SANTOS:** “Para além das questões apresentadas pelo deputado António Pedrosa, o Movimento "Figueira 100%" não foi ouvido relativamente as projetos apresentados hoje para aprovação dos encargos financeiros.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Os projetos foram apresentados em reunião de Câmara, discutidos com os Vereadores do Movimento "Figueira 100%" e do Partido Social Democrata, e inserem-se no projeto de regeneração urbana.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com vinte e cinco votos a favor, quatro abstenções dos membros do Movimento "Figueira 100%", Nogueira Santos, António Pedrosa, Elisa Coimbra e Paulo Santos Gonçalves, e sem votos contra, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual da empreitada de "Requalificação do Forte de Santa Catarina e Porto de Recreio", e os encargos financeiros para os anos de 2012 e 2013 correspondentes, respetivamente, a 3.106.656,88 € (três milhões, cento e seis mil, seiscentos e cinquenta e seis euros e oitenta e oito cêntimos) e 575.189,99 € (quinhentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta e nove euros e noventa e nove cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**ANTÓNIO PEDROSA** apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Eu abster-me em relação a este ponto da plurianualidade dos encargos financeiros da empreitada de «Requalificação do Forte de Santa Catarina e Porto de Recreio», apesar de ser totalmente contra a obra que se vai realizar. Eu não fui ouvido aquando da



adjudicação, no entanto, entendo, que estamos perante uma questão procedimental prevista na lei.”-----

**JOSÉ ELÍSIO** apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Eu voto a favor, por considerar esta obra importante. Ela vai valorizar aquela zona, a Figueira da Foz e acredito que teve o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o que para mim constitui um precedente relevante, que poderá funcionar também para a Costa de Lavos. No entanto, comungo da opinião do deputado João Carronda e lamento que o dinheiro não tenha sido utilizado para outro tipo de obras. Se o pudesse ter sido, nomeadamente, para algumas obras nas freguesias, a minha postura teria sido efetivamente outra.”-----

**5.8 - DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO - PARA CONHECIMENTO - EXTRA AGENDA**

Pela Divisão de Gestão Financeira e Orçamento foram presentes as Declarações de Compromissos Plurianuais, de Recebimentos em Atraso e de Pagamentos em Atraso, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

**A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2, do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, tomou conhecimento das Declarações de Compromissos Plurianuais, de Recebimentos em Atraso e de Pagamentos em Atraso, existentes a 31 de dezembro de 2011, exigíveis por força do n.º 1 do artigo e diploma invocados.**-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram vinte horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----